



Estratégia de Programa de Cabo Verde (2020-2023)



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	RESUMO: principais resultados / realizações.....	3
3.	PRIORIDADES DO PAÍS E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	5
3.1	Alinhamento com Prioridades Nacionais	5
3.2	Lacunas e Oportunidades.....	6
3.3	Prioridades Estratégicas do País para a OP7	6
4.	PAISAGENS TERRESTRES E MARÍTIMAS PRIORITÁRIAS & INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DA OP7	8
4.1	Processo de Concessão de Subvenções nas Paisagens Terrestres e Marítimas Prioritárias	8
a)	Processo de selecção de paisagens terrestres e marítimas prioritárias.....	8
b)	Paisagens Terrestres e Marítimas Seleccionadas na OP7	9
c)	Iniciativas Estratégicas nas paisagens terrestres e marítimas na OP7	10
4.2	Concessão de subvenções fora das paisagens prioritárias / terrestres e marítimas	11
a)	Plataformas de Diálogo entre OSC-Governo-Setor Privado	11
b)	Promoção da inclusão social, igualdade de género e empoderamento das mulheres	12
c)	Gestão do Conhecimento.....	13
5.	PLANO DE COMUNICAÇÃO	13
6.	PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS	14
6.1	Cofinanciamento em dinheiro e em serviços planeados e garantidos.....	14
6.2	Oportunidades de cofinanciamento.....	14
6.3	Subvenções + & Oportunidades de Parcerias	15
7.	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	15
8.	PLANO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	16
8.1	Abordagens de seguimento a nível dos projetos e do país	16
8.2	Estrutura de Resultados do CPS.....	19
9.	VALIDAÇÃO DO COMITÉ NACIONAL DE PILOTAGEM.....	Error! Bookmark not defined.
10.	ANEXOS (opcional).....	Error! Bookmark not defined.

OP7 Recursos Financeiros - Programa Nacional do SGP (US \$ estimado)

Total de subvenções do SGP até a presente (desde 2009):	USD \$3,656,125
Fundos CORE do GEF OP7:	USD \$500,000
Fundos STAR do GEF OP7:	USD \$859,000
Saldo remanescente dos fundos CORE e STAR do GEF OP6 (se aplicável)	USD \$0,00
Outros fundos (segurados)	USD \$0,00
Outros fundos (esperados/ a serem mobilizados):	USD\$120.000

1. INTRODUÇÃO

O Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF SGP – sigla em inglês) é um programa corporativo implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As estratégias das suas Fases Operacionais (OP – sigla em inglês) encontram-se alinhadas com as do GEF e com os dos cofinanciadores. O programa já implementou um portfólio de projetos inovadores, inclusivos e impactantes que abordam questões globais para o desenvolvimento ambientalmente sustentável.

A ação do GEF SGP a nível local pela sociedade civil e organizações de base comunitárias, incluindo grupos de mulheres, povos nativos, jovens e pessoas com deficiência, é reconhecida essencialmente por formar alianças fortes entre vários parceiros interessados, com a finalidade de proporcionar benefícios ambientais globais e contribuir para a materialização dos indicadores do GEF-7, do Plano Estratégico do PNUD 2018-2021 e das prioridades nacionais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, entre outros compromissos internacionais.

Com base em seus mais de 26 anos de operações bem-sucedidas em um total de 133 países, a 7ª Fase Operacional do SGP visa *“promover e apoiar iniciativas inovadoras, inclusivas e acessíveis, e promover parcerias entre as várias partes interessadas a nível local, para abordarem questões ambientais globais nas paisagens prioritárias terrestres e marinhas.”*

2. RESUMO: PRINCIPAIS RESULTADOS / REALIZAÇÕES

O Programa das Pequenas Subvenções iniciou em 1992, tendo já apoiado mais de 21.400 projetos em comunidades locais em 133 países num montante aproximado de USD \$577 milhões. Introduzido em Cabo Verde em 2009, o SGP já subvencionou 129 projetos a organizações da sociedade civil, um investimento de USD \$3,656,125, aproximadamente 340.000.000 ECV. A este investimento acrescenta-se o cofinanciamento de parceiros aos projetos num montante de USD \$3,840,559.

Na OP6 o GEF SGP financiou 44 projetos num montante de USD \$1,537,050 sendo o valor médio das subvenções ter sido de USD \$34.933, dentro e fora das paisagens nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boavista, Santiago, São Vicente, Sal, Maio e Fogo.

Nota-se que os investimentos nas áreas focais das Mudanças Climáticas, seguido da Conservação da Biodiversidade, Degradação de Terras e Reforço de Capacidades têm sido os de maior destaque desde o início das operações em 2009. Durante a OP6 a tendência dos investimentos foi mantida, com ênfase significativo nas Mudanças Climáticas (43%) e na Conservação da Biodiversidade (42%).

Os parceiros recetores de fundos do SGP têm sido maioritariamente Associações de Desenvolvimento Comunitário, com aproximadamente 80% das subvenções, seguido de ONGs com 14% e outros tipos de organizações com 6%. 57.2% dos beneficiários de projetos financiados tem sido mulheres enquanto que os homens situam-se em 42.8%.

Os efeitos propostos pelo programa nacional têm respondido positivamente as prioridades estratégicas do GEF, do PNUD e do Governo de Cabo Verde. Os impactos e benefícios ambientais na rede nacional das áreas protegidas têm sido reveladores na OP6. Investimentos que ultrapassaram os USD \$1.000.000 em 11 áreas protegidas permitiram a recuperação de 1.807 ha de áreas degradadas.

O GEF SGP investiu 64.65% (proposta inicial era de 70%) dos recursos da OP6 nas paisagens prioritárias e 35.35% fora das referidas. Nas paisagens prioritárias, destaca-se a terrestre da ilha de Santiago com 22% dos investimentos, seguida de Santo Antão e a marítima da Boavista com 18% e 11% respetivamente.

A Iniciativa Estratégica Subvenções+, estabelecida na OP6, por sua vez priorizou as ações de inclusão social que visaram a integração e maior participação das mulheres nos projetos, assim como ações de inclusão e benefício às Pessoas com Deficiência (PcD).

O SGP tem promovido ainda o reforço de capacidades de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e catalisadas ações e influencias positivas na replicação e participação em escala maior de 2 projetos estratégicos; um referente ao acesso à energia elétrica a partir de fontes renováveis e uma outra de acesso à água para consumo doméstico com a utilização de energias renováveis. Ambas as iniciativas foram direccionadas a comunidades vulneráveis, onde o SGP também atraiu investimentos significativos de vários parceiros, incluindo o Governo de Cabo Verde na ordem dos USD \$851.556.50

Projetos financiados nas fases operacionais anteriores são lições apreendidas tanto para as comunidades locais como para OSC. A obtenção de competências específicas, tais como elaboração de propostas, seguimento, controle e gestão de projetos, serão de grande valia para o sucesso da OP7. Entretanto, por experiência, ainda nota-se alguma fragilidade por parte de algumas OSC na gestão eficiente e boas práticas de execução de projetos, que poderão carecer de formação e/ou assistência pontuais nas fases críticas de execução dos projetos.

3. PRIORIDADES DO PAÍS E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 Alinhamento com Prioridades Nacionais

Cabo Verde tem assumido compromissos a nível da conservação ambiental na salvaguarda do desenvolvimento sustentável e inclusivo, através de acordos internacionais e regionais, bem como através de planos e programas nacionais (Tabela. 1), aos quais a presente estratégia encontra-se alinhada.

Tabela 1. Lista das Convenções e planos ou programas nacionais/regionais relevantes, assinalando data da respetiva ratificação ou conclusão.

Convenções + planos - nacionais	Data de ratificação/ conclusão
Diálogos nacionais sobre o GEF-7	Não foi ainda realizada
Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD)	29 de Março de 1995
Plano de Acção e Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade (PAENB)	Março de 2015
Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Partilha de Benefícios (ABS)	Ainda não foi submetido
Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC)	29 de Março de 1995
Comunicações Nacionais da UNFCCC (1a, 2a, 3a)	1ª Comunicação submetida a 13 de Novembro de 2000,
Ações Nacionais de Mitigação Apropriadas (NAMA)	Ainda não foram submetidos
Programa Nacional de Adaptação de Ação sobre Mudança Climática (NAPA)	Janeiro, 2007
Contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) para o Acordo de Paris	30 de Setembro de 2015
Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação (UNCCD)	8 de Maio de 1995
Programa de Ação Nacional da UNCCD	Outubro de 2014
Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (POP)	1 de Março de 2006
Plano de Ação Nacional (NIP)	24 de Maio de 2011
Convenção de Minamata sobre o Mercúrio	--
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas	Outubro de 2017
Convenção das Nações Unidas dos Direitos do Mar	1994
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética de (PNAEE)	2015
Avaliações ou revisões nacionais voluntárias (VNRs) para os ODS	Não realizados
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)	2017
Autoavaliação das Capacidades Nacionais do GEF (NCSA)	2006/2007
Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (2015-2020/2030)	Abril de 2015
Convenção sobre a Proteção das Zonas Húmidas (RAMSAR)	18 de Novembro de 2005
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies em Extinção (CITES)	10 de Agosto de 2005
Plano Diretor Nacional do Sector de Energia 2017-2040	2017
Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS)	Fevereiro de 2015
Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG 2019-2023)	2019

3.2 Lacunas e Oportunidades

A vulnerabilidade ambiental do país e limitações na articulação apropriada de políticas e prioridades ambientais são as principais lacunas que se podem identificar. É importante ressaltar que limitações na implementação integrada de aspetos como a redução de risco em áreas como a segurança alimentar, mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade (incluindo a marinha e pesca), e da agro-biodiversidade ainda persistem.

Apesar de se ter identificado prioridades de gestão das terras, agricultura, água e saneamento e conservação da biodiversidade, as prioridades não indicam formas de articulação contundentes, no que se refere às práticas Agro-ecológicas como alternativa a práticas recentes, ou ainda referentes a binómio água e energia ou gestão energética.

É ímpar que o GEF SGP considere e aproveite oportunidades que poderão melhor direcionar e alinhar o programa com o que se almeja na OP7. O GEF SGP irá criar condições favoráveis e que respondem às contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) para o Acordo de Paris da UNFCCC, e as negociações para um «*New Deal for Nature*» global como parte das negociações pós-2020 da CDB.

3.3 Prioridades Estratégicas do País para a OP7

Tabela 2. Alinhamento do Programa Nacional do SGP com as Iniciativas Estratégicas da OP7 e Prioridades / Projetos / Programas do País

1	2	3
Iniciativas Estratégicas Globais do SGP para a OP7	Prioridades do Programa Nacional do SGP para a OP7	Complementaridade do Programa Nacional com o GEF, o PNUD e outros projetos e programas
Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas	Melhorar práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade, lideradas por comunidades locais, incluindo a promoção da economia azul (agricultura, pesca, silvicultura, turismo, infraestrutura, etc.) Aumentar as ações lideradas por comunidades locais para a proteção de espécies ameaçadas	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Plano de Ação e Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade Projeto de Integração da conservação da biodiversidade no sector do turismo em sinergia com um sistema de áreas protegidas em Cabo Verde (BIOTUR) Projeto de gestão de ameaças sectoriais múltiplas nos ecossistemas marinhos para alcançar crescimento azul sustentável Quadro de Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul em Cabo Verde

<i>Agricultura e pesca sustentáveis, e segurança alimentar</i>	Aumentar a eficiência e a eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos, inclusive em ecossistemas vulneráveis (montanhas, SIDS, etc.) Remover a deflorestação da cadeia de fornecedores e a restauração ampliada de terras degradadas.	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento Programa de Ação Nacional da UNCCD Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Programa Nacional de Investimento Agrícola e Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN) Quadro de Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul em Cabo Verde Projeto de gestão de ameaças sectoriais múltiplas nos ecossistemas marinhos para alcançar crescimento azul sustentável
<i>Co benefícios no acesso a energia de baixo carbono</i>	Promover tecnologias renováveis e energeticamente eficientes, proporcionar benefícios socioeconómicos e melhorar os meios de subsistência	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (2015-2020/2030) Plano Diretor Nacional do Sector de Energia 2017-2040 Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética Projeto de acesso a energia sustentável para gerenciar recursos hídricos: abordando o <i>nexus</i> energia-água Projeto de eficiência energética nos edifícios e eletrodomésticos de Cabo Verde
<i>Coligações locais a globais para a gestão de químicos e resíduos</i>	Promover a gestão de resíduos sólidos e economia circular	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
<i>Fortalecer a inclusão social (obrigatório)</i>	Promover iniciativas direcionadas Incorporar a inclusão social em todos os projetos (meninas/mulheres e pessoas com deficiência)	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Plano Estratégico para os Direitos da Pessoa com Deficiência Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG 2019-2023)
<i>Gestão do Conhecimento (Obrigatório)</i>	Recolha e compilação de conhecimentos e lições apreendidas nos projetos Melhorar as capacidades das organizações beneficiárias	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
<i>Gestão, Seguimento e Avaliação por Resultados (obrigatório)</i>	Gestão da nova estratégia de Seguimento e Avaliação (S&A) do programa nacional, na implementação de projetos e nos processos de decisão utilizando mecanismos participativos	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

4. PAISAGENS TERRESTRES E MARÍTIMAS PRIORITÁRIAS & INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DA OP7

4.1 Processo de Concessão de Subvenções nas Paisagens Terrestres e Marítimas Prioritárias

a) Processo de seleção de paisagens terrestres e marítimas prioritárias

Considerando que este documento estratégico é uma atualização, optou-se por manter as paisagens prioritárias selecionadas na OP6. Assim sendo, e por opção do programa nacional, o GEF SGP implementará as suas ações nas mesmas paisagens na OP7. Lembra-se ainda que a seleção das paisagens prioritárias teve por base um processo participativo que envolveu encontros com organizações da sociedade civil, Comité Nacional de Pilotagem (CNP), Câmaras Municipais, Delegações dos Ministérios do Ambiente, Agência Nacional de Água e Saneamento, bem como outros serviços descentralizados do Estado, representantes dos órgãos de gestão das áreas protegidas e de entidades internacionais que operam no país.

Um extenso e minucioso processo de consulta contemplou workshops em todas as ilhas. Processos participativos de discussão análise e mapeamento resultaram na identificação de zonas de atuação e/de recursos importantes. Um mapa final, destacando os problemas e/ou ações prioritárias, foi ainda elaborado por ilha e por paisagem de atuação. Com base nesse mapa e em concertação com todos os participantes foi definida uma paisagem terrestre ou marinha, em cada uma das ilhas prioritárias. Tal como na OP6, foi acordado que 70% dos recursos da OP7 seriam investidos nas paisagens prioritárias e 30% alocadas fora das paisagens, mas que o CNP e a Coordenação do SGP deverão criar condições de análise por forma a equilibrar os investimentos dentro e fora das paisagens prioritárias.

Embora ações prioritárias tenham sido levantadas e discutidas no âmbito do exercício de mapeamento, a discussão foi retomada no quadro do exercício de avaliação da resiliência das paisagens. Este exercício, feito em todas as zonas prioritárias identificadas. A participação efetiva no exercício permitiu aos participantes identificarem e avaliarem as condições atuais, assim como chegar a acordo sobre as ações prioritárias, contribuindo assim para o reforço e empoderamento da comunicação entre as partes envolvidas.

b) Paisagens Terrestres e Marítimas Seleccionadas na OP7

Tabela 3. Dimensão das *Paisagens* prioritárias identificadas em diferentes ilhas do Arquipélago de Cabo Verde para financiamento de projetos na OP7 do GEF SGP

Ilha	Categoria	Quantidade de paisagens	Dimensão (ha)
Santo Antão	Terrestre	1	29,974
São Nicolau	Terrestre	1	6,220
Santiago	Terrestre	2	5,365 16,103
Boavista	Marítima	1	70.470
Maio	Marítima	1	48.663

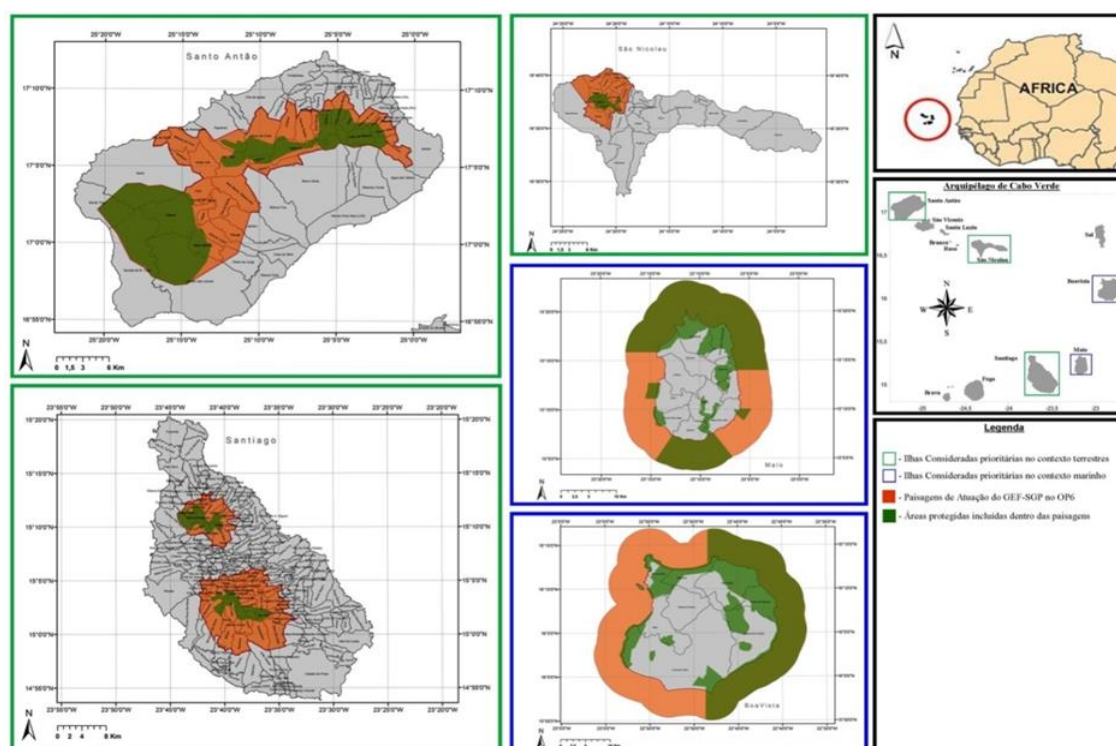


Figura 1: Paisagens prioritárias identificadas em diferentes ilhas do Arquipélago de Cabo Verde. Note-se que todas as áreas prioritárias (cor alaranjada) englobam, no mínimo, uma área protegida (cor verde).

c) Iniciativas Estratégicas nas paisagens terrestres e marítimas na OP7

Paisagem Prioritária Terrestre da ilha de Santo Antão

- Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas, com incidências em práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade, (agricultura, silvicultura) e proteção de espécies ameaçadas.
- Agricultura sustentável, e segurança alimentar, com a promoção de iniciativas que incrementam a eficiência e eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos, além de promover a restauração de terras degradadas.
- Co benefícios no acesso a energia de baixo teor carbono, com a promoção de tecnologias renováveis e eficiência energética que proporcionam benefícios socioeconómicos e melhorem os meios de subsistência

Paisagem Prioritária Terrestre da ilha de São Nicolau

- Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas, com incidências em práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade, (agricultura e silvicultura) e proteção de espécies ameaçadas
- Agricultura sustentável, e segurança alimentar, com a promoção de iniciativas que incrementam a eficiência e eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos, além de promover a restauração de terras degradadas

Paisagens Prioritárias Terrestres da ilha de Santiago

- Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas, com incidências em práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade, (agricultura e silvicultura) e proteção de espécies ameaçadas
- Agricultura sustentável e segurança alimentar, com a promoção de iniciativas que incrementam a eficiência e eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos, além de promover a restauração de terras degradadas
- Co benefícios no acesso a energia de baixo teor carbono, com a promoção de tecnologias renováveis e eficiência energética que proporcionam benefícios socioeconómicos e melhorem os meios de subsistência

Paisagem Prioritária Marítima da ilha do Maio

- Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas, com incidências em práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade marinha (pesca e turismo) e proteção de espécies ameaçadas
- Pesca sustentável e segurança alimentar, com a promoção de iniciativas que incrementam a eficiência e eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos

Paisagem Prioritária Marítima da ilha da Boavista

- Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas, com incidências em práticas e abordagens favoráveis à conservação da biodiversidade, (pesca e turismo) e proteção de espécies ameaçadas.
- Pesca sustentável e segurança alimentar, com a promoção de iniciativas que incrementam a eficiência e eficácia na produção e na cadeia de valor dos alimentos

4.2 Concessão de subvenções fora das paisagens prioritárias / terrestres e marítimas

O GEF SGP disponibilizará 30% dos recursos a iniciativas situadas fora das paisagens prioritárias durante a OP7. Estes recursos serão, estrategicamente, investidos em iniciativas que poderão potenciar o suporte, a replicação ou o aumento em escala de projetos em paisagens prioritárias, tanto pelo SGP como por outros parceiros.

Mesmo dentro das ilhas com paisagens prioritárias e caso for necessário, o GEF SGP poderá optar e caso se demonstrar necessário apoiar iniciativas fora do domínio (terrestre/marítimo) da paisagem em referência. Tal situação poderá acontecer na ilha de Boavista (paisagem prioritária marítima) em que o GEF SGP poderá eventualmente alinhar suas iniciativas com outros, nomeadamente a FAO e MAA com o projeto REFLOR para a questão da reflorestação da ilha.

Evidentemente que o GEF SGP deverá desencadear e implementar estratégias específicas de gestão de conhecimento forte, no que se refere a compilação e divulgação dos impactos de iniciativas financiadas que poderão naturalmente servir de base à mobilização de recursos para projetos dentro e fora das paisagens prioritárias. O investimento fora das paisagens deverá considerar integrar sempre componentes que capacitem os parceiros, nomeadamente em gestão, seguimento e avaliação por resultados, além de promover ativamente a integração e fortalecimento da inclusão social nos projetos.

O programa tenderá envolver ainda os Pontos Focais Operacional e Político do GEF, e outros parceiros no âmbito do GEF, em específico os que articulam ou encontram-se em processo de implementação de projetos GEF FSP, nomeadamente o Projeto de acesso a energia sustentável para gerenciar recursos hídricos: abordando o nexus energia-água, Projeto de integração da conservação da biodiversidade no sector do turismo em sinergia com um sistema de áreas protegidas em Cabo Verde, e Projeto de gestão de ameaças sectoriais nos ecossistemas marinhos para alcançar um crescimento azul sustentável.

O SGP não deverá poupar energias na promoção de eventos (via projetos de Gestão de Conhecimento) de fortalecimento sinérgico com doadores, nomeadamente, com a União Europeia, Cooperação do Reino da Espanha, Luxemburgo, ANAS, Câmaras Municipais, e Ministério da Agricultura e Ambiente. Pretende-se, ainda, inovar neste âmbito e catalisar parcerias com o Fundo do Ambiente e ou ONUDI, nas vertentes de financiamento paralelo.

a) Plataformas de Diálogo entre OSC-Governo-Sector Privado

O GEF SGP deverá promover o diálogo entre todos os parceiros a nível nacional, como também a nível local (tanto nas paisagens como fora delas). Encontros de troca de experiências entre parceiros proponentes deverão ser promovidos a nível local, objetivando substituir a «extensa» formalidade dos encontros, sem negligenciar, o diálogo que deverá sempre acontecer com os serviços descentralizados do estado, as Plataformas de Desenvolvimento Locais, assim como articulação estreita com o Programa das Plataformas do PNUD, e o Ministério da Economia Marítima no sentido de se criar condições propícias de engajamento em iniciativas de interesse mútuo.

O GEF SGP utilizará ainda os encontros do Comité Nacional de Pilotagem (CNP), com convites extensivos a Organizações da Sociedade Civil (OSC), quando se julgar necessário para se debater e analisar questões de foro e de interesse aos mencionados serviços e OSC. Este tipo de interatividade será específico, criativo, e conseguirá mobilizar ações a um nível maior e com máxima eficácia. As subvenções de planeamento poderão ser usadas para promoção de diálogo e criar condições de reforço de capacidades de OSC no âmbito de discussão e envio de propostas de projetos.

A coordenação do SGP, em parceria com o CNP e o PNUD, promoverá encontros entre doadores de pequenas subvenções, incluindo programas do governo e potenciais parceiros, a fim de se melhorar a articulação de ideias, prioridades e, naturalmente, diminuir a duplicação de esforços.

No âmbito a criação e fortalecimento de parcerias, o GEF SGP promoverá a otimização de condições adicionais de sustentabilidade de diálogo entre CSO e o governo, através da promoção de iniciativas de Gestão de Conhecimento Interativo. Essas iniciativas poderão ser promovidas em parceria com outros doadores, e terem um formato inovador, para além de ter a capacidade de demonstrar possíveis inovações de projetos de parceiros proponentes.

b) Promoção da inclusão social, igualdade de género e empoderamento das mulheres

O SGP deverá promover ações incluindo os durante as sessões de orientação de projetos a proponentes com enfoque nas vertentes de empoderamento e igualdade de género. As iniciativas potencialmente financiadas pelo programa, deverão a incluir nos seus projetos, ações que respondem a integração e inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) e ou jovens. O programa promoverá a paridade de benefícios no acesso às subvenções, e dará prioridade a projetos liderados por jovens e jovens mulheres.

Nas paisagens delineadas o SGP promoverá ainda capacitação de plataformas ou redes de apoio à execução e seguimento, assim como promoverá projetos específicos, que tendem a responder tanto às metas específicas delineadas como também às questões de inclusão social e género. As ações de capacitação poderão e deverão ser específicas, como também deverão apresentar formas criativas de promover a inclusão e empoderamento, nomeadamente, na redução da pobreza, gestão de pequenas atividades geradores de rendimento e técnicas de reivindicação comunitárias ou «*advocacy*».

As lições apreendidas ao longo do programa indicam-nos que deverão ser fortalecidas as plataformas de diálogo entre as comunidades locais com entidades governamentais e não-governamentais. O SGP baseará nas experiências anteriores, especificamente na iniciativa do SIDS CBA, e ativamente promoverá o diálogo e a participação de jovens e PcD, ao mesmo tempo garantindo benefícios ambientais e socioeconómicos.

c) Gestão do Conhecimento

O programa de gestão do conhecimento do GEF SGP tem como objetivo promover, capturar, sistematizar, partilhar, e naturalmente, fortalecer o conhecimento, especificamente, as boas práticas e lições apreendidas com todos os parceiros do programa, quer a nível nacional quer internacional.

A nível de partilha de conhecimentos o SGP promoverá ações juntamente com parceiros proponentes no sentido de que todas as iniciativas financiadas possam ter ou promoverem a produção de materiais que possam efetivamente ser partilhados e gerarem conhecimento.

O programa ainda almeja criar pequenas unidades ou redes de líderes dinamizadores nas paisagens formados por parceiros locais voluntários, podendo ser juntamente com as Plataformas Locais de Desenvolvimento, onde a partilha conhecimento do programa poderá ser fortalecido.

As ações de divulgação e de informação acompanharão todo o processo de implementação dos projetos financiados podendo ser publicações como brochuras, «*Fact Sheets*» artigos que terão o potencial de massificar a mensagem possa ter um amplo alcance. Encontros anuais de troca de experiências serão promovidos no âmbito dos projetos, onde as informações e as boas práticas serão partilhadas com todos os beneficiários.

O SGP apostará e enfatizará com rigor abordagens para intensificar a informação sobre o programa nas redes sociais (nomeadamente no Facebook, Youtube, Instagram), o que permitirá o programa aumentar a abrangência e gestão do conhecimento, e credibilizar boas práticas de projetos e produtos resultantes dos investimentos nas paisagens.

5. PLANO DE COMUNICAÇÃO

A estratégia de comunicação e divulgação visa promover uma melhor compreensão das questões relacionadas com as vulnerabilidades ambientais locais e seus impactos a nível global. Visa ainda catalisar o conhecimento dos ODS e suas articulações com o desenvolvimento local e mobilizar recursos que abordem questões de apoio à missão do GEF SGP.

As ações de comunicação deverão constar ações de informação e consciencialização das iniciativas do Programa das Pequenas Subvenções no seio das agências das Nações Unidas como forma de, não somente informá-los das ações do GEF SGP, mas também fomentar parcerias, concertar ideias e buscar apoio institucional em áreas temáticas comuns. Estas atividades permitirão ainda aumentar a rede de informação acerca dos parceiros, que financiam projetos nacionais em áreas comuns aos do GEF SGP.

O processo de comunicação estratégica do GEF SGP em Cabo Verde comporta 4 itens distintos, porém interativos e dinâmicos a saber: aumentar a exposição do SGP nas paisagens e no país; promover o SGP *Champions*; incrementar o processo informativo com OSC e criar condições para que decisores especiais possam conhecer melhor os mecanismos e processos do SGP.

O processo de disseminação dinâmica e alargada de informações culminará com a criação e capacitação das plataformas ou redes de apoio de apoio nas paisagens sobre os diversos aspetos dos SGP, incluindo abordagens de execução, boa governabilidade de projetos e seguimento e avaliação.

A divulgação do programa será ainda reforçada na comunicação social através de materiais de comunicação. Essas ações de informação utilizarão canais diversificados de comunicação, o que possibilita uma adequada publicitação da estratégia. Recorrer-se-á a tecnologias de informação e comunicação (Facebook, Twitter e Instagram) pelo seu potencial de troca de informação de forma rápida, eficaz e atualizável num curto intervalo de tempo, bem como a outras formas de divulgação locais e tradicionais, de modo a garantir a proximidade e universalidade de acesso.

6. PLANO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS

6.1 Cofinanciamento em dinheiro e em serviços planeados e garantidos

O GEF SGP Cabo Verde pretende implementar um plano de mobilização de recursos de forma a responder aos novos desafios da OP7 e dotar os seus parceiros proponentes de ferramentas necessárias que as ajudem a responder aos desafios ambientais. Um outro objetivo será o de reduzir a dependência dos fundos GEF (CORE), diversificando o leque de parceiros no programa e incrementar o nível de sustentabilidade.

A mobilização dos recursos deverá passar por vários níveis, nomeadamente o nível de cofinanciamento de parceiros proponentes, contribuições do Governo, contribuições da parte de organizações internacionais e cooperações com escritórios em Cabo Verde (embaixadas, cooperações, ONGs) e do sector privado. Os níveis de mobilização de recursos poderão ser aglomerados a 3 níveis:

- Nível dos projetos a serem financiados: espera-se que cada proponente do projeto contribua ao nível de 1 para 1 e ou que consegue criar sinergias com outras iniciativas de interesse paralelo financiados no âmbito do Fundo do Ambiente.
- Nível da paisagem terrestre ou marítima: O programa diligenciará esforços e criará uma subcomissão dentro do Comité Nacional de Pilotagem (CNP) de mobilização de recursos, assim como articulará com as Plataformas de Desenvolvimento Local e Projetos GEF FSP a nível das paisagens prioritárias.
- Nível do país: Espera-se que as paisagens sejam acarinhadas pelos órgãos do governo, seus ministérios, instituições de desenvolvimento e/ou de investigação, pelas ONGs nacionais e internacionais, cooperações com escritórios em Cabo Verde (embaixadas, cooperações, ONGs) e contribuições do sector privado orientando-se pelo CPS a fim de melhor se gerirem os fundos disponibilizados.

6.2 Oportunidades de cofinanciamento

O GEF SGP, em parceria com o CNP e o PNUD, promoverá encontros entre doadores de pequenas subvenções e potenciais parceiros a fim de se melhorarem a articulação de ideias, prioridades e, naturalmente diminuir a duplicação de esforços. Concretamente o SGP desenvolverá as seguintes ações:

- Consolidação das atividades de gestão e coordenação de subvenções (*Delivery Mechanism*) com o Projeto de integração da conservação da biodiversidade no sector do turismo em sinergia com um sistema de áreas

protegidas em Cabo Verde, iniciado em 2019 e iniciar o mesmo processo com o Projeto de gestão de ameaças sectoriais nos ecossistemas marinhos para alcançar um crescimento azul sustentável;

- Retomar de forma contundente os contactos iniciados com a ONUDI em 2018 e 2019 no sentido de se poder desenvolver ou implementar ações de interesse comum e em específico com o Projeto de acesso a energia sustentável para gerenciar recursos hídricos: abordando o nexus energia-água;
- Analisar possibilidades de diminuir custos operacionais com contribuições ou parcerias com outros projetos de cooperações internacionais, GEF FSP, Fundo do Ambiente e outros potenciais doadores; e
- Identificar e extensivamente explorar possibilidades de o GEF SGP aceder a outros fundos (não GEF), e que estejam alinhados à Estratégia de Programa do País, e ou que respondem à materialização dos ODS em Cabo Verde.

6.3 Subvenções + & Oportunidades de Parcerias

Através das subvenções + deverá fortalecer as capacidades dos membros do CNP de forma que eles possam vir replicadores de conhecimento a potenciais parceiros proponentes nas áreas de seguimento e avaliação com base em resultados, elaboração de propostas de projetos (energias renováveis ou outros tipos) a serem submetidos ao SGP e a outros doadores como por exemplo ao Fundo do Ambiente. Essas subvenções poderão também ser usadas para fortalecer algumas OSC com ações de capacitação em elaboração e gestão de projetos.

Deverá ainda o programa explorar oportunidades com o Projeto REFLOR (para iniciativas nas ilhas de Boavista, Santiago e Fogo) e Fundação MAVA, Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF) no que se refere a potenciação de projetos nas paisagens prioritárias do Maio e Boavista, e ainda nas ilhas do Fogo e Brava. Não obstante no passado parcerias com o sector privado não terem sido muito bem-sucedidas, uma contínua e abrangente análise com empresas do sector privado como a Cabeólica, Unitel T+, COPA-SA e Adega-SA, deverão ser efetivamente exploradas.

7. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

Tabela 4. Descrição dos riscos identificados na OP7

Descrição do risco identificado	Grau do risco (baixo, médio, alto)	Probabilidade do risco (baixo, médio, alto)	Medida mitigadora prevista
Parceiros proponentes com capacidades organizacionais limitadas	Médio	Baixo	Forte investimento nas orientações aos proponentes e formações durante a execução
Eventos climáticos extremos	Alto	Alta	Análise adequada dos cronogramas de execução
Distanciamento ou localização de projetos em zonas de difícil acesso	Alto	Médio	GEF SGP poderá contar com voluntários multifacetados para auxiliar nos projetos
Não alocação dos fundos quando requeridos para a estratégia	Médio	Médio	O Historial da equipe do GEF SGP tem demonstrado grande capacidade de angariar parceiros para os projetos o que continuará com essa atividade

Clareza dos requisitos e adequação dos requisitos às necessidades dos usuários	Médio	Médio	Ações de capacitação
Utilização indevida de fundos	Médio	Baixo	Forte investimento nas orientações aos proponentes e seguimento apertado aos novos proponentes. Utilizar as referências solicitadas no âmbito dos projetos
Corrupção em torno da execução de projetos	Baixo	Baixo	Criar condições locais com formação em gestão de projetos; Análise de relatórios financeiros

8. PLANO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 Abordagens de seguimento a nível dos projetos e do país

O GEF SGP utilizará uma abordagem participativa e pedagógica durante o processo de seguimento e avaliação dos projetos subvencionados. Esta abordagem poderá incluir a utilização de diferentes ferramentas visando a capacitação dos parceiros proponentes, promover transparência, e naturalmente, analisar a eficácia e eficiência na execução das ações. Além de a Coordenação propiciar formações em Seguimento e Avaliação (S&A) a todos os parceiros proponentes, por vezes poder-se-á ainda utilizar mentores de projetos por forma a os capacitar, apoiar, e dinamizar o processo do S&A e fazer responder positivamente os projetos financiados.

Para cada projeto financiado, deverá ser elaborado um plano simples de seguimento e avaliação, assim como procedimentos claros de abordagem. Deverão ser desenvolvidos e implementados, relatórios, quadros lógicos, cronogramas de atividades e dados de base referência.

A nível dos projetos a participação poderá ser através de uma equipas de seguimento ou de suporte a ser criada para tal. Os intervenientes discutirão e acordarão juntamente com o SGP tanto os objetivos, como o melhor formato de os seguir e avaliar. O SGP aumentará a base de apoio e participação, através da inclusão do CNP e agentes locais nas missões de seguimento e/ou de orientação a proponentes parceiros. Estes parceiros poderão fazer parte das comissões de seguimento, prestarão apoio técnico, farão recomendações face aos desafios encontrados.

O SGP poderá ainda solicitar, como tem sido hábito suporte as Plataformas de Desenvolvimento Local, às Câmaras Municipais e Delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente. Visitas de seguimento a todos os projetos serão efetuados em parceria com atores do terreno, por forma a diminuir os custos operacionais, aumentar a apropriação, participação efetiva e transparência em toda a fase de seguimento. Todos os dados recolhidos serão compilados numa base de dados local e ainda transferidos a base de dados global.

Ainda a nível dos projetos o SGP proporá que uma avaliação participativa seja realizada após a conclusão das atividades de cada projeto. Esta análise ou revisão terá como objetivo principal avaliar os ganhos, a eficácia, eficiência dos projetos e os impactos propostos. Este processo inicia-se a nível dos projetos com a compilação de dados dos resultados dos projetos financiados, que posteriormente serão transformados em relatórios dos parceiros.

A nível do programa, os resultados dos projetos individuais serão agregados a nível das paisagens selecionadas, assim como das áreas focais e ou componentes selecionados. Todas as informações serão inseridas e compilada nas duas bases de dados do programa, o local e o global. A Coordenação Nacional ainda terá em atenção a materialização de outras atividades de seguimento e avaliação do programa, consideradas importantes, a saber: Elaboração dos relatórios anuais de seguimento, em duas versões, uma em formato de questionário, enviado a CPMT e outro em língua Portuguesa, submetido ao CNP e enviado a todos os parceiros nacionais do programa. Adicionalmente, outras atividades cruciais serão realizadas, nomeadamente: encontros de revisão dos resultados dos projetos financiados e Revisão do Portefólio do País. Este último realizado uma vez por fase operacional, não obstante o CNP realizar pequenos retiros de análise sobre o portefólio nacional anualmente.

Tabela 5. Plano de S&A a Nível do Programa do País

Atividade de S&A	Propósito	Responsabilidade	Fonte do Financiamento	Cronograma
Elaboração da Estratégia de Programa do País (EPP)	Estrutura e abordagem de ação, incluindo a identificação de projetos comunitários	CN, CNP, parceiros e parceiros proponentes	Subvenção de planeamento para atualização do CPS da OP7	Início da OP7
Encontros de revisão dos resultados dos projetos financiados e da EPP pelo CNP	Avaliar a eficácia dos projetos, portefólio do país; aprendizagem e gestão adaptativa	CN, CNP, PNUD, NSC, UNDP Deliberações partilhadas e analisadas com o CPMT	Orçamento operacional do programa nacional	Pelo menos uma revisão anual que garante o alcance os resultados traçados na EPP. Propostas de alterações poderão ser necessárias
Relatório Anual de Seguimento	Elaboração de relatórios ao CPMT e ao GEF. Serve como principal ferramenta de apresentação analítica de resultados aos doadores	CN/AP em estreita colaboração com CNP. CPMT providenciará apoio e orientações técnicas	Tempo de pessoal	Uma vez ao ano, entre Junho e Julho
Revisão do Portefólio do País	Compilação e análise dos resultados do portfólio e verificação dos impactos. O objetivo será de apoiar a elaboração de relatórios, o aprendizado e o suporte à implementação estratégica da EEP.	CN e CNP	Subvenção de planeamento poderá ser utilizada para a realização dos impactos das OP anteriores e utilizar as lições apreendidas à elaboração e implementação do EEP da OP7. Suporte técnico de S&E do CPMT será espetável	Uma vez por OP
Base de dados do SGP	Garantir a compilação de toda a informação dos projetos do programa do país na base de dados	CN e AP	Tempo de pessoal	Ao longo da OP. Assegurar a inserção e qualidade dos dados antes do ciclo de seguimento anual (Maio e Junho)
Auditorias	Garantir a conformidade com as normas de implementação / gestão do programa	UNOPS / Consultores externos / CN e AP	Orçamento global	Anualmente em países selecionados com base em avaliação de riscos

8.2 Estrutura de Resultados do CPS

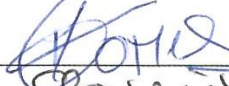
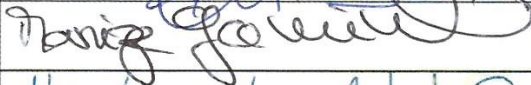
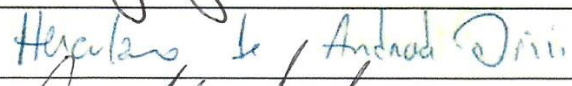
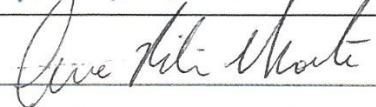
Tabela 6: Quadro de Resultados da Estratégia do Programa do SGP para a OP7

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos Objetivo 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos Objetivo 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade			
Sinergias com o Documento de Programa do País do PNUD (CPD): Produto 2.2: Instituições governamentais selecionadas e comunidades locais aprimoraram as capacidades técnicas para implementarem medidas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas Produto 2.3: Quadro institucional, legal e políticas são fortalecidas para a conservação, uso e acesso e partilha sustentáveis de benefícios aos recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas			
Objetivo do Programa Global do SGP: Promover e apoiar iniciativas inovadoras, inclusivas e acessíveis, e promover parcerias entre as várias partes interessadas a nível local, para abordarem questões ambientais globais nas paisagens prioritárias terrestres e marinhas Indicadores obrigatórios: Indicador 1: número de beneficiários diretos, desagregados por género Indicador 2: número de beneficiários indiretos, desagregados por género			
1 Iniciativas Estratégicas Globais do SGP para a OP7	2 Metas	3 Indicadores da EPP para a OP7	4 Meios de verificação
<u>Iniciativa Estratégia 1:</u> Conservação comunitária de ecossistemas e espécies ameaçadas	- Até 2022 promover iniciativas que implementem práticas favoráveis a conservação da biodiversidade e das espécies ameaçadas - Até 2022 cinco comunidades desenvolvam atividades de promoção e incremento de valor e que respondem à economia azul sustentável	Hectares de paisagens prioritárias sob gestão aprimorada e que beneficie a conservação da biodiversidade Hectares de habitats marinhos onde boas práticas implementadas beneficiem a conservação da biodiversidade Nº de comunidades que implementam atividades de promoção e que respondam à economia azul sustentável	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País

<u>Iniciativa Estratégica 2:</u> Agricultura e pesca sustentáveis e segurança alimentar	• Até 2023 pelo menos uma iniciativa em cada paisagem visando a diversificação e/ou incremento de valor de produtos ligados ao sector primário, e que promovem oportunidades de negócio • Até 2023 ações de combate à desertificação, e restauração de solos, em conjugação com o combate contra espécies invasoras são implementadas • Até 2023 iniciativas agro-ecológicas, inovadoras e inteligentes em termos climáticos são promovidas	Nº parcerias de produção sustentável e de gestão da cadeia de fornecedores Hectares de paisagens prioritárias sob gestão sustentável de terras e sistemas produtivos	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País
<u>Iniciativa Estratégica 3:</u> Co benefícios de acesso a energia de baixo carbono	• Até 2022 pelo menos cinco iniciativas de baixo teor de carbono ligadas ao sector de produção primária são promovidas • Até 2023 pelo menos uma comunidade rural (com no máximo 20 famílias) terá acesso a energia elétrica a partir de fontes renováveis	Kwp de energia a partir de fontes renováveis instalados Nº de tipologias de comunitárias de soluções de acesso à energia ampliadas e ou replicadas com sucesso Nº de famílias com acesso a energia e com co benefícios estimados	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País
<u>Iniciativa Estratégica 4:</u> Coligações locais a globais para a gestão de resíduos e produtos químicos	Até 2023 pelo menos duas iniciativas promotoras de gestão dos resíduos sólidos e economia circular	Toneladas de plásticos removidos / colocados em locais apropriados ou ainda reutilizados Nº de comunidades que trabalham para aumentar o nível de conscientização sobre a gestão apropriada de resíduos Nº de oportunidades de negócios criados ou incrementados	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País

<u>Iniciativa Estratégica 5:</u> Fortalecer a inclusão social	Até 2023 as iniciativas financiadas devem garantir a inclusão e participação equitativa dos grupos populacionais vulneráveis	Nº de projetos liderados por mulheres e ou que tenham mecanismos concretos de aumentarem a participação de mulheres Nº de projetos que demonstram modelos apropriados de engajamento de jovens e PcD Nº de iniciativas que influenciam ou respondem às políticas de inclusão de PcD nos setores de acesso à água e energia, saneamento ou Redução de Riscos e Desastres (DRR) Nº de beneficiários do grupo de inclusão social (mulheres, jovens, PcD com deficiência, agricultores, etc.) apoiados em projetos de desenvolvimento de capacidades	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País
Iniciativa Estratégica 6-7: Seguimento e avaliação, e gestão do conhecimento	• Até 2022 as CSOs/CBOs parceiras adotam modalidades de gestão com base em resultados • Até 2022 as iniciativas financiadas devem garantir a produção e divulgação de materiais de gestão do conhecimento • Até 2023 pelo menos uma iniciativa de gestão de resultados com enfoque no diálogo interativo entre OSC e parceiros chave	Nº de projetos que implementem modalidades de gestão com base em resultados na elaboração, implementação e mecanismos participativos de tomada de decisões Nº produções escritas e audiovisuais, divulgadas que retratem lições apreendidas nos projetos	Relatórios dos projetos financiados Relatório de seguimento global anual do SGP e base de dados global Revisão do Programa do País

9. VALIDAÇÃO DO COMITÉ NACIONAL DE PILOTAGEM

Membros do CNP envolvidos no processo de elaboração, análise e validação da Estratégia de Programa do País para a OP7	Assinaturas
Sra. Celeste Benchimol	
Sra. Maria do Monte	
Sra. Marize Gominho	
Sr. Herculano Dinis	
Sra. Ana Monteiro	
Sra. Hiliana Silva	

10. ANEXOS (opcional)